

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, FINANÇAS E  
REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2023**

**RELATÓRIO**

Os vereadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça, Finanças e Redação Final, reuniram-se, em atendimento aos dispositivos regimentais, para elaboração do competente parecer em relação ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 011/2023, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, que “ALTERA O ART. 1º DO DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2008, QUE “REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO, CONCEDIDO PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Em síntese, é o relatório.

**DA ANÁLISE E CONCLUSÃO**

Primeiramente, é bom enaltecer que a elaboração legislativa exige, acima de tudo, observância de procedimentos e normas redacionais específicas, requisitos que se inserem no âmbito de abrangência da “técnica legislativa”.

Neste contexto, é oportuno registrar que no projeto de Decreto em análise não foram detectadas inconsistências de redação, estando, pois, com boa técnica legislativa. No mais, o texto é coerente e objetivo, atendendo aos parâmetros redacionais exigidos.

Sob o aspecto jurídico, o projeto reúne condições de prosseguir em tramitação, isto porque, a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 19, inciso XXI, assim dispõe:

“Art. 19.

(...)

XXI “compete à Câmara Municipal conceder título de cidadão honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviço ao município, mediante Decreto Legislativo, aprovado pela maioria de dois terços de seus membros”.





Por intermédio do Decreto Legislativo de nº. 002/2008, regulamentou-se a concessão de Diploma de Honra ao Mérito, matéria "*Interna Corporis*".

O artigo primeiro do referido decreto, assim dispõe:

"ART. 1º - O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO A CIDADÃO do município de Ouro Fino ou não, poderá ser concedido, **em número de 9 (nove) por ano, tendo cada vereador direito a uma indicação anual**, através de Decreto Legislativo, mediante votação em aberto e aprovação por maioria de 2/3 (dois terços) dos seus membros, de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal no seu artigo 19, inciso XXI." (grifamos)

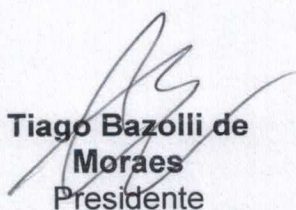
Já a alteração proposta assim dispõe:

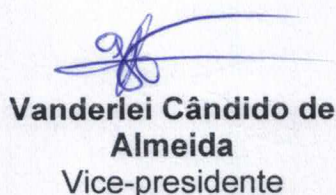
"ART. 1º - O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO A CIDADÃO do município de Ouro Fino ou não, poderá ser concedido, **em número de 33 (trinta e três) por ano, tendo cada vereador direito a três indicações anuais**, através de Decreto Legislativo, mediante votação em aberto e aprovação por maioria de 2/3 (dois terços) dos seus membros, de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal no seu artigo 19, inciso XXI. (grifamos)

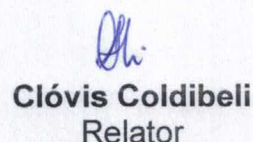
Analizando o que se propõe alterar, vimos que, além de ajustes, pretende o projeto ampliar o número de indicações a cada Edil, passando para o número de três anuais. Quanto às alterações propostas, não vislumbramos nenhum óbice.

Por dadas razões, somos favoráveis a tramitação e submissão do projeto, conforme proposto, ao soberano Plenário.

Sala das Sessões, Vereador Antônio Olinto Alves, em 22 de junho de 2023.

  
**Tiago Bazolli de Moraes**  
Presidente

  
**Vanderlei Cândido de Almeida**  
Vice-presidente

  
**Clóvis Coldibeli**  
Relator